

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007-01/2025
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL**, pessoa jurídica de Direito Público com sede na Rua São Gabriel, 72, inscrita no CNPJ sob o nº. 87.297.990/0001-50, nesse ato representado pelo Prefeito, Sr. **CESAR LEANDRO MARMITT**, torna público que, no dia **1º de setembro de 2025 às 8h30min**, estará realizando licitação na modalidade “PREGÃO ELETRÔNICO” do tipo **menor preço por item**, para **registro de preços para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, em conformidade com as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I), que é parte integrante deste edital, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e alterações, Decreto Municipal nº 1723-04/2024, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

CAPITULO I - DO OBJETO

1.1 – Constitui-se o objeto do presente Edital a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, conforme descrições e outras condições estabelecidas no ANEXO I - Termo de Referência, a serem fornecidos conforme quantidades e qualidades estabelecidas a seguir:

Item	Descrição do item	Unidade	Preço Unitário	Qtde	TOTAL
001	SERVIDOR DE REDE SERVIDOR DE REDE (RACK 1U/2U) 2X PROCESSADORES COM 24 CORES E 12 NÚCLEOS DE PROCESSAMENTO CLOCK 2.0GHZ 256GB DE MEMÓRIA RAM DDR5 FREQUÊNCIA 4000 MHZ 4 UNIDADES DE SSD 3.84TB RI SFF 2 UNIDADES FONTE REDUNDANTE 800W 1 INTERFACE DE REDE 10/25GB 2P SFP28 1 INTERFACE DE REDE 1GB 4P RJ45 1 CONTROLADORA RAID 0/1/5/6/10/50/60 4GB CACHE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO (ILO, XCLARITY, IDRAC) LICENCIADO 1 KIT TRILHOS DESLIZANTE PARA RACK 3 ANOS DE GARANTIA LOCAL COM ATENDIMENTO NO PRÓXIMO DIA ÚTIL COMPATÍVEL COM OS SISTEMAS DE VIRTUALIZAÇÃO XEN/XENSERVER/XCP MODELO DE REFERÊNCIA: HPE PROLIANT DL360 GEN 11	UNIDADE	R\$ 78.300,00	2	R\$ 156.600,00
002	NOBREAK INTELIGENTE PARA RACK COM BATERIA EXTERNA E PLACA DE GERENCIAMENTO: BATERIA EXTERNA: SMX120RMBP2U PLACA DE GERENCIAMENTO: AP9640 NOBREAK MODELO RACK 2U POTÊNCIA NOMINAL 3000VA/2700W TENSÃO NOMINAL DE SAÍDA 230V FORMA DE ONDA SENOIDAL TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 208V/230V FAIXA DE TENSÃO DE ENTRADA PARA PRINCIPAIS OPERAÇÕES (FAIXA MÁX. AJUSTÁVEL) 160-286V FREQUENCIA DE ENTRADA 50/60HZ +/-3 HZ (DETECÇÃO AUTOMÁTICA) CONEXÃO DE ENTRADA IEC 320 C20	UNIDADE	R\$ 22.726,67	1	R\$ 22.726,67

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	MODELOS DE REFERÊNCIA: NOBREAK: APC SMARTUPS SMX3000HV2U-BR BATERIAS E AUTONOMIA: TIPO DE BATERIA, BATERIA SELADA DE CHUMBO-ÁCIDO, LIVRE DE MANUTENÇÃO, À PROVA DE VAZAMENTO. BATERIA EXPANSÍVEL SIM COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO INTERFACES USB, SERIAL (RJ45) SOFTWARE DE GERENCIAMENTO SIM PAINEL DE CONTROLE E ALARMES AUDÍVEIS DISPLAY LCD ALFANUMÉRICO COM LEDS INDICADORES DE STATUS GARANTIA 03 ANOS (02 ANOS PARA BATERIAS) TIPO DE BATERIA: BATERIA SELADA CHUMBO ÁCIDO LIVRE DE MANUTENÇÃO E A PROVA DE VAZAMENTO ALTURA DO RACK 2U MODELO DE REFERÊNCIA: SMX120RMBP2U PLACA DE GERENCIAMENTO DE NOBREAKS UPS: HTTP, HTTPS, IPV4, IPV6, NTP, SMTP, SNMP V1, SNMP V2C, SNMP V3, SSH V1, SSH V2, SSL, TCP/IP, TELNET CONEXÃO DE REDE RJ-45 10/100/1000 COMPATÍVEL COM NOBREAK APC SMARTUPS SMX3000HV2U-BR				
003	SWITCH DE REDE – AGGREGATION MODELO DE REFERÊNCIA: USW-PRO-AGGREGATION 28 PORTAS SFP+ DE 10G 04 PORTAS SFP28 DE 25G MONTÁVEL EM RACK 1U RESFRIAMENTO POR VENTILADORES SILENCIOSOS ENTRADA DE ALIMENTAÇÃO DC REDUNDANTE USP RPS (100-240VAC/50-60 HZ) COMPATÍVEL COM O UNIFI NETWORK CONTROLLER	UNIDADE	R\$ 9.063,33	2	R\$ 18.126,66
004	ROTEADOR DE BORDA 10GB MODELO RACKMOUNT 1U 16 X PORTAS GIGABIT ETHERNET RJ-45 02 X PORTAS SFP+ CPU CORE COUNT 4 CPU FREQUÊNCIA 1.700 MHZ 4GB DE MEMÓRIA RAM ROUTER OS LICENSE LEVEL 6 02 X FONTES REDUNDANTES BIVOLT 120-240V MODELO DE REFERÊNCIA: MIKROTIK CCR2004-16G-2S+	UNIDADE	R\$ 4.200,00	2	R\$ 8.400,00
005	STORAGE NAS MODELO TORRE PROCESSADOR ANNAPURNALABS ALPINE AL324 ARM® CORTEX-A57 DE 4 NÚCLEOS 1,7 GHZ ARQUITETURA DA CPU ARM DE 64 BITS MEMÓRIA DO SISTEMA SODIMM DDR4 – 4GB (1 X4 GB) MEMÓRIA MÁXIMA 16 GB (1X16GB) RANHURA DE MEMÓRIA 1 MÓDULO SODIMM DDR4 MEMÓRIA FLASH 512 MB (PROTEÇÃO DE SO DE ARRANQUE DUPLO)	UNIDADE	R\$ 18.100,00	2	R\$ 36.200,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	COMPARTIMENTOS DE UNIDADES 8 COMPARTIMENTOS DE UNIDADE SATA, 6 GB/S 3 GB/S DE 3,5 POLEGADAS COMPATIBILIDADE DE UNIDADES COMPARTIMENTOS DE 3,5 POLEGADAS: SUPORTE DE ACELERAÇÃO DA CACHE DE SSD 2 PORTAS ETHERNET 2,5 GIGABIT (2,5/1G/100M) (2,5G/1G/100M/10M) 2 PORTAS ETHERNET 10 GIGABIT SFP+ DE 10 GBE MODELO REFERÊNCIA: TS-832PX-4G				
006	ROTEADOR DE BORDA 1GB 05 PORTAS RJ-45 10/100/1000 MB CPU 2-CORE ROUTEROS LICENSE 4 256MB RAM 01 PORTA POE 01 PORTA SFP BIVOLT MODELO DE REFERÊNCIA: MIKROTIK RB760IGS	UNIDADE	R\$ 783,33	12	R\$ 9.399,96
007	SSD PARA SERVIDOR LENOVO SR650 7X06 SSD PARA SERVIDOR LENOVO SR650 7X06 COM CAPACIDADE DE 1.92TB RI SFF FORMATO 2.5" PART NUMBER REFERÊNCIA: 4XB7A38274	UNIDADE	R\$ 6.263,33	8	R\$ 50.106,64
008	DISCO RÍGIDO PARA NAS DISCO RÍGIDO COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 16TB, CONEXÃO SATA 6GB/S 3,5 POLEGADAS 7.200 RPM, CACHE MÍNIMO DE 256MB	UNIDADE	R\$ 2.800,00	10	R\$ 28.000,00
009	CABO PASSIVO DAC SFP+ PARA SFP+ 3 METROS CABO PASSIVO DAC SFP+ PARA SFP+ CONECTOR A: ACOPLADO SFP+ CONECTOR B: ACOPLADO SFP+ EQUIPAMENTO REFERÊNCIA: CABO 10G SFP+ PARA SFP+ 3M, DAC, TWINAX	UNIDADE	R\$ 280,00	12	R\$ 3.360,00
010	SWITCH DE REDE 24 PORTAS SWITCH DE REDE CAMADA 3 24 PORTAS DE REDE 1GB RJ45 2 PORTAS DE REDE 10GB SFP+ COMPATÍVEL COM UNIFI NETWORK APPLICATION MODELO DE REFERÊNCIA: UNIFI USW-PRO-24	UNIDADE	R\$ 3.690,00	30	R\$ 110.700,00
011	ACCESS POINT WIFI 6 ACCESS POINT WIFI 6 ALIMENTAÇÃO POE – DEVE ACOMPANHAR INJETOR POE PADRÕES WIFI 802.11 A/B/G/N/AC/AX MU-MIMO 2X2 E MU-MIMO 4X4 COBERTURA DE 140M² INTERFACE DE REDE GIGABIT KIT MONTAGEM PAREDE OU TETO INCLUSO COMPATÍVEL COM UNIFI NETWORK APPLICATION MODELO REFERÊNCIA: U6-PRO	UNIDADE	R\$ 1.590,00	35	R\$ 55.650,00
012	NOBREAK ESTAÇÕES POTÊNCIA: 1200VA QUANTIDADE DE TOMADAS: 08 UNIDADES PADRÃO NBR 14136	UNIDADE	R\$ 1.030,00	20	R\$ 20.600,00

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	TENSÃO DE ENTRADA: BIVOLT TENSÃO DE SAÍDA: 110V AUTONOMIA: 55 MINUTOS				
013	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS FILTRO DE LINHA PARA PROTEÇÃO DE ATÉ 5 EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS SIMULTANEAMENTE, COM CAPACIDADE DE DRENO DE CORRENTE DE 12.000 AMPERES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PROTEÇÃO: LINHA-NEUTRO/LINHA-LINHA/LINHA-TERRA/NEUTRO-TERRA, TENSÃO DE OPERAÇÃO: 127V/220V@50/60HZ MÁXIMA TENSÃO DE OPERAÇÃO CONTÍNUA: 275V CORRENTE DE CARGA MÁXIMA - IL: 10A POTÊNCIA MÁXIMA - WMAX: 1270W/2200W CORRENTE DE DESCARGA MÁXIMA - IMAX: 6KA@8/20µS (L-L OU L-N) CORRENTE DE DIMENSIONAMENTO: 12KA@8/20µS CORRENTE DE DIMENSIONAMENTO MÁXIMA: 18KA@8/20µS (VIDE FICHA TÉCNICA) CONEXÃO DE ENTRADA: TOMADA 2P+T (ABNT NBR 14136) 10A CONEXÃO DE SAÍDA: TOMADA 2 P+T (ABNT NBR 14136) 10A COMPRIMENTO DO CABO DE ENTRADA: 1M CLASSE: III Nº DE PINOS DO PLUGUE DO EQUIPAMENTO: 3 TIPO DO PLUGUE DO EQUIPAMENTO: 10A Nº DE TOMADAS DO PROTETOR: 5 PADRÃO DO PLUGUE DO EQUIPAMENTO: PADRÃO BRASILEIRO	UNIDADE	R\$ 93,33	50	R\$ 4.666,50
014	SSD 240GB INTERFACE SATA (6GB/S) FORMATO: 2.5" CAPACIDADE DE 240GB DE ARMAZENAMENTO LEITURA SEQUENCIAL: 540 MB/S GRAVAÇÃO SEQUENCIAL: 500 MB/S GARANTIA: LIMITADA 3 ANOS MODELO REFERÊNCIA: CT240BX500SSD1	UNIDADE	R\$ 253,33	60	R\$ 15.199,80
015	CAIXA DE CABO DE REDE CAIXA DE CABO DE REDE CAT. 6 - 350M - 100% COBRE - 4 PARES TRANÇADOS UTP	UNIDADE	R\$ 1.363,33	3	R\$ 4.089,99
016	FONTE DE ENERGIA POTÊNCIA 200W - VOLTAGEM 115/230V - FREQUÊNCIA 50/60HZ - 2 CONECTORES SATA	UNIDADE	R\$ 226,67	15	R\$ 3.400,05
017	CONECTOR RJ45 PACOTE COM 100 UNIDADES COMPATÍVEIS COM FIOS CAT6.	UNIDADE	R\$ 103,33	7	R\$ 723,31
018	KIT TECLADO E MOUSE SEM FIO LAYOUT ABNT2 CONECTIVIDADE PLUG AND PLAY TECNOLOGIA DA CONEXÃO USB CERTIFICAÇÃO ANATEL: 28251203229; 38351503229; 11961303229 QUANTIDADE DE BOTÕES: 3	UNIDADE	R\$ 196,67	30	R\$ 5.900,10

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	MÉDIA DE DURAÇÃO DA BATERIA (EM HORAS): 26280.0, 8760.0 HORAS PILHAS OU BATERIAS INCLUSAS: SIM CONTEÚDO DE ENERGIA DA BATERIA DE LÍTIO: 2 WATT-HORA PACOTE DA BATERIA DE LÍTIO: PILHAS CONTIDAS NO EQUIPAMENTO TENSÃO DA BATERIA OU PILHA DE LÍTIO: 1,5 VOLTS DESCONTINUADO PELO FABRICANTE? NÃO FUNCIONA A BATERIA OU PILHA? NÃO EAN: 0097855120205 MODELO DE REFERÊNCIA: LOGITECH MK235				
019	MICROCOMPUTADOR CORPORATIVO MODELO DE REFERÊNCIA: LENOVO THINKCENTRE M70Q PROCESSADOR: DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 10 (DEZ) NÚCLEOS (6P + 4E), 16 NÚCLEOS THREADS CLOCK DE NO MÍNIMO 4.6GHZ, SEJA VIA FREQUÊNCIA TURBO OU NÃO; DEVERÁ SER PROJETADO EM ARQUITETURA PADRÃO X86 E EXECUTAR INSTRUÇÕES DE 64 BITS; MEMORIA RAM: DEVE POSSUIR PADRÃO MÍNIMO SODIMM DDR4-2133 MHZ; DEVE POSSUIR CAPACIDADE INSTALADA DE 8 (OITO) GIGABYTES; DEVE PERMITIR EXPANSÃO DE MEMÓRIA PARA ATÉ 32GB. PLACA MÃE: DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR OU COMPROVADAMENTE EM REGIME OEM, NÃO SENDO ACEITO O EMPREGO DE PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO DE VAREJO A CONSUMIDOR. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DE 1 (UM) CONECTOR PARA SAÍDA DE ÁUDIO; DEVERÁ POSSUIR 5 (CINCO) PORTAS USB, SENDO NO MÍNIMO 02(DUAS) PORTAS USB 3.0; DEVE POSSUIR 1 (UMA) PORTA RJ-45 PARA INTERFACE DE REDE PADRÃO GIGABIT ETHERNET; DEVE POSSUIR 1 (UMA) INTERFACE WIRELESS(A/B/G/N); DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DE 2 (DUAS) CONEXÕES PARA MONITOR, SENDO 1 (UMA) HDMI E 1 (UMA) DP OU VGA. DISCOS RÍGIDOS: DEVE POSSUIR SSDS NVME M.2 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 256 GB; PROCESSAMENTO GRAFICO (INTERFACE DE VIDEO):	UNIDADE	R\$ 4.273,33	60	R\$ 256.399,80

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO
INTEGRADA, SUPORTAR RESOLUÇÕES EM PADRÃO
4K.

ÁUDIO
DEVE SER COMPATÍVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES
DE PADRÃO ABERTO HD ÁUDIO.

GABINETE:
DEVE SER PADRÃO MICRO/MINI SMALL FORM
FACTOR;
PERMITIR FIXAÇÃO PADRÃO VESA DE 75MM E
100MM. ACOMPANHAR KIT PARA FIXAÇÃO.

FONTE
DEVE POSSUIR POTÊNCIA MÁXIMA DE 90 WATTS,
BIVOLT;

MONITOR DE VÍDEO
MONITOR DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DO
MICROCOMPUTADOR OFERTADO, PODENDO SER
EM REGIME OEM;
DEVE POSSUIR TELA 100% PLANA DE LED COM
TECNOLOGIA IPS E DIMENSÕES MÍNIMAS DE 21
POLEGADAS;
DEVE POSSUIR RESOLUÇÃO DE 1920 X 1080 A UMA
FREQUÊNCIA HORIZONTAL DE 60HZ;
DEVE POSSUIR CONECTORES DE ENTRADA
NATIVOS: 01 (UMA) ENTRADA COM CONECTOR
HDMI MAIS 1 (UM) CONECTOR VGA OU DP;
DEVE POSSUIR CONTROLES DIGITAIS EXTERNOS E
FRONTAIS DE BRILHO, CONTRASTE, POSIÇÃO
HORIZONTAL E VERTICAL, TAMANHO HORIZONTAL
E VERTICAL;
DEVE SER CAPAZ DE RECONHECER SINAIS DA
CONTROLADORA DE VÍDEO PARA AUTO
DESLIGAMENTO E ECONOMIA DE ENERGIA
ELÉTRICA;
DEVE ACOMPANHAR TODOS OS CABOS E
ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA SEU
FUNCIONAMENTO E CONEXÃO COM O
MICROCOMPUTADOR SEM A UTILIZAÇÃO DE
ACESSÓRIOS OU ADAPTADORES;
DEVE POSSUIR A FONTE DE ALIMENTAÇÃO
INTERNA AO GABINETE DO MONITOR;
DEVE POSSUIR TENSÃO DE ENTRADA CA 110/220 V
A 50-60 HZ, COM SELETOR AUTOMÁTICO;
DEVE POSSUIR FURAÇÃO PARA FIXAÇÃO PADRÃO
VESA DE 75MM OU 100MM.
DEVE POSSUIR REGULAGEM DE ALTURA E
ROTAÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	DEVE ACOMPANHAR O SUPORTE COM REGULAGEM DE ALTURA E ROTAÇÃO DA MESMA MARCA DO FABRICANTE; DEVE ACOMPANHAR O SUPORTE PARA FIXAÇÃO VESA; TECLADO DEVE POSSUIR CONECTIVIDADE USB; DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR OU FORNECIDO COMPROVADAMENTE SOB CONTRATO OEM; DEVE SER PLUG AND PLAY. DEVE SER DO TIPO ALFANUMÉRICO ESTENDIDO (COM TECLADO NUMÉRICO), OBEDECENDO AOS PADRÕES DE DISPOSIÇÃO DE TECLAS ABNT2 NBR 10346 E 10347 E INCLUIR TECLA DEDICADA A ATIVAÇÃO DO START MENU DO WINDOWS; MOUSE DEVE POSSUIR CONECTIVIDADE USB; DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DO MICROCOMPUTADOR OU FORNECIDO COMPROVADAMENTE SOB CONTRATO OEM; DEVE SER PLUG AND PLAY. DEVE POSSUIR SENSOR TIPO ÓPTICO A LASER; SOFTWARE MICROSOFT WINDOWS PROFESSIONAL 11 E/OU SUPERIOR DE 64 BITS, PRÉ-INSTALADO DE FÁBRICA COM ATIVAÇÃO AUTOMÁTICA POR MEIO DE CHAVE DIGITAL INSERIDA NA BIOS DO EQUIPAMENTO. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO EMITIDA PELO FABRICANTE ATESTANDO QUE O EQUIPAMENTO OFERTADO É NOVO, SEM USO ANTERIOR E QUE SE ENCONTRA EM LINHA DE FABRICAÇÃO. MODELO DE REFERÊNCIA: LENOVO THINKCENTRE M70Q				
020	NOTEBOOK PROCESSADOR DEVERÁ POSSUIR 04 (QUATRO) NÚCLEOS, COM CLOCK MÍNIMO DE 2.4 GHZ. DEVERÁ SER PROJETADO EM ARQUITETURA PADRÃO X86 E EXECUTAR INSTRUÇÕES DE 64 BITS; DEVERÁ SUPOSTAR TEMPERATURA DE OPERAÇÃO DE 90°C OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR CONTROLADOR DE MEMÓRIA COM CAPACIDADE DE ACESSO EM DOIS CANAIS (DUAL CHANNEL). MEMORIA RAM DEVE POSSUIR PADRÃO MÍNIMO DDR4-2400 MHZ; DEVE POSSUIR CAPACIDADE INSTALADA DE 08 (OITO) GIGABYTES;	UNIDADE	R\$ 3.763,33	10	R\$ 37.633,30

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	DEVE PERMITIR EXPANSÃO DE MEMÓRIA PARA ATÉ 20 GB. DISCOS RÍGIDO DEVE POSSUIR SSD NVME M.2 COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 240 GB; PROCESSAMENTO GRAFICO (INTERFACE DE VIDEO) DEVE PERMITIR O USO COMPARTILHADO DA MEMÓRIA PRINCIPAL GERENCIADA DINAMICAMENTE; UNIDADE DE PROCESSAMENTO GRÁFICO INTEGRADA, COM ACELERAÇÃO GRÁFICA E COM FREQUÊNCIA MÍNIMA ÁUDIO DEVE SER COMPATÍVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES DE PADRÃO ABERTO HD ÁUDIO. PLACA MÃE DEVE SER DO MESMO FABRICANTE DO NOTEBOOK OU COMPROVADAMENTE EM REGIME OEM, NÃO SENDO ACEITO O EMPREGO DE PLACAS DE LIVRE COMERCIALIZAÇÃO NO MERCADO DE VAREJO A CONSUMIDOR. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO DE 1 (UM) CONECTOR PARA SAÍDA DE ÁUDIO; DEVE POSSUIR O QUANTITATIVO MÍNIMO INDICADO PARA OS CONECTORES INTERNOS E INTERFACES INTEGRADOS A PLACA MÃE: DEVERÁ POSSUIR 3 (TRÊS) PORTAS USB, SENDO NO MÍNIMO 02(DUAS) PORTAS USB 3.0; DEVE POSSUIR 1 (UMA) PORTA RJ-45 PARA INTERFACE DE REDE PADRÃO GIGABIT ETHERNET, COM SINALIZAÇÃO DE ATIVIDADE E VELOCIDADE DE LINK, OBEDECENDO AOS PADRÕES ETHERNET 1000BASE-T, IEEE 802-3, CSMA/CD, WOL E PXE, AUTO-SENSE, FULL-DUPLEX E COMPATÍVEL COM O PROTOCOLO TCP/IP V.4 E V.6; DEVE POSSUIR 1 (UMA) INTERFACE WIRELESS(A/B/G/N); DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 1 (UMA) HDMI; SISTEMA OPERACIONAL MICROSOFT WINDOWS PROFESSIONAL 11 E/OU SUPERIOR DE 64 BITS, PRÉ-INSTALADO DE FÁBRICA COM ATIVAÇÃO AUTOMÁTICA POR MEIO DE CHAVE DIGITAL INSERIDA NA BIOS DO EQUIPAMENTO. MODELO DE REFERÊNCIA: ACER ASPIRE 5				
021	MEMÓRIA LENOVO 32GB PARA SERVIDORES SR650 THINKSYSTEM 32GB TRUDDR4 2933 MHZ (2RX4 1.2V) RDIMM PARTNUMBER: 4ZC7A08709	UNIDADE	R\$ 2.999,66	2	R\$ 5.999,32

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

022	PLACA DE REDE 10/25GB SERVIDOR LENOVO SR650 2 INTERFACES DE REDE SFP28 10/25GB CONEXÃO PCIE PARTNUMBER: 4XC7A08238	UNIDADE	R\$ 3.366,33	1	R\$ 3.366,33
023	RACK DE PISO 28U PLANO DE FIXAÇÃO PADRÃO 19" (EXTERNO) 1440X600X1070MM - (INTERNO) 1244.6X585X1000 MM; ESTRUTURA: TOTALMENTE PARAFUSADA EM CHAPA DE AÇO; DEVE CONTER PORTA, TETO, LATERAIS E BASE; LATERAIS REMOVÍVEIS: COM ALETAS DE VENTILAÇÃO E FECHOS RÁPIDOS; PORTA FRONTAL REMOVÍVEL: COM VISOR DE ACRÍLICO; KIT RODÍZIO 4 RODAS COM TRAVA; 1 BANDEIJA FIXA; 1 RÉGUA DE RACK NO 8 TOMADAS PADRÃO NBR 14136	UNIDADE	R\$ 2.700,00	2	R\$ 5.400,00
024	AUTO TRANSFORMADOR 1500 VA 110 - 220V / 220 - 110V CAPACIDADE NORMAL: 1500VA CONVERTE 220V EM 120V E 120V EM 220V FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 60 HZ PROTEÇÃO: SOBRECARGA / SOBRE TEMPERATURA C/ REARME AUTOMÁTICO. NÚCLEO: AÇO-SILICO TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0 A 40° C CONEXÃO DE ENTRADA: ADAPTADOR H PLUGUES E TOMADAS COM CERTIFICAÇÃO INMETRO - PADRÃO NBR14136 ENROLAMENTO: CLASSE - "H" O MESMO DEVE CONTER O KIT DE CABOS INCLUIDO MODELO DE REFERÊNCIA: AUTO TRANSFORMADOR TF 1500 VA 110 - 220V / 220 - 110V - UPSAI	UNIDADE	R\$ 236,33	15	R\$ 3.544,95
025	IMPRESSORA DE REDE DEVE POSSUIR 4 CORES COM RENDIMENTO DE ATÉ 21 000 PÁGINAS (CORES) E 9 000 (PRETO, MODO ECONÔMICO). VELOCIDADE DE IMPRESSÃO PRETO: ATÉ 45 PPM (RASCUNHO), ~24 IPM ESAT; COR: ATÉ 25 PPM, ~15,5 IPM ESAT. DUPLEX AUTOMÁTICO: ~13 IPM P/B, 10 IPM COLORIDO. RESOLUÇÃO: IMPRESSÃO: 600 × 1.200 DPI; SCANNER ÓPTICO: 1.200 × 1.200 DPI. ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE DOCUMENTOS DUPLEX (FRENTE E VERSO) DE PASSAGEM ÚNICA PARA ATÉ 50 PÁGINAS. DISPLAY TOUCH LCD COLORIDO DE 2,7" (6,7 CM), AJUSTÁVEL. CICLO DE TRABALHO MENSAL: ATÉ 45.000 PÁGINAS; VOLUME RECOMENDADO: CERCA DE 4.000 PÁGINAS.	UNIDADE	R\$ 4.833,33	5	R\$ 24.166,65

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

	SUA MANUTENÇÃO DEVE SER CABEÇA DE IMPRESSÃO E CARTUCHO DE MANUTENÇÃO SUBSTITUÍVEIS PELO PRÓPRIO USUÁRIO. DIMENSÃO E PESO DE APROXIMADAMENTE 39,9 × 31,4 × 41 CM, ~13 KG. DEVE SER BIVOLT; MODELO DE REFERÊNCIA: CANONGX7010				
026	IMPRESSORA PADRÃO DEVE POSSUIR UMA VELOCIDADE DE 20 PÁGINAS POR MINUTO EM A4 (21 PPM CARTA; TEMPO ATÉ A PRIMEIRA IMPRESSÃO: CERCA DE 10 SEGUNDOS. DEVE CONTER RESOLUÇÃO DE 600 X 600 DPI – SUFICIENTE PARA TEXTOS NÍTIDOS E GRÁFICOS SIMPLES. CONECTIVIDADE USB 2.0 HI-SPEED, SEM OPÇÃO WIRELESS; CAPACIDADE DE PAPEL: BANDEJA FRONTAL PARA ATÉ 150 FOLHAS; SAÍDA COMPORTA ATÉ 50 FOLHAS; ALIMENTAÇÃO DE PAPEL DEVE ACEITAR TAMANHOS A4, CARTA, OFÍCIO, EXECUTIVO, A5 E B5- GRAMATURA DE 65 A 105G/M²; PAPEL RECICLADO TAMBÉM COMPATÍVEL; CICLO MENSAL: ATÉ 12.000 PÁGINAS; DEVE CONTER UMA MEMÓRIA DE 1MB; SUA DIMENSÃO DEVE SER DE 34X23,8X18,9 CM; SEU PESO DEVE SER DE APROXIMADAMENTE 4,6KG DEVE CONTER UM CONSUMO DE ENERGIA DE 380W; SEU MODO STANDBY DEVE SER DE 40W, DEVE VIR COM GARANTIA DE 12 MESES; DEVE VIR JUNTAMENTE COM 2 TONERS PARA TROCA; MODELO DE REFERÊNCIA: BROTHER HL-1222	UNIDADE	R\$ 1.233,33	15	R\$ 18.499,95

TOTAL: R\$ 908.859,98

1.2 – É parte integrante deste Edital e constitui a íntegra do objeto licitado o ANEXO I - Termo de Referência, principalmente no que se refere às especificações técnicas para o fornecimento dos itens e obrigações da contratada.

1.3 – O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, quanto às especificações do objeto.

1.4 - Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a solicitação do Município, na sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua São Gabriel, nº 72, Bairro Centro, livre de frete e descarga, oportunidade em que o servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Edital, conforme a demanda da unidade requisitante.

1.5 - A licitante deverá identificar a marca dos produtos, para fins de controle no recebimento destes.

1.6 - Os produtos que não apresentarem condições para uso ou estiverem fora das especificações e condições exigidas não serão aceitos, devendo ser providenciada a troca num prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item.

CAPÍTULO II – LOCAL, DATA, HORA, MODO DE DISPUTA :

2.1 – A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br , no dia **1º de setembro de 2025, com início às 8h30min**, horário de Brasília – DF.

2.2 – **Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site, descrito no item 2.1, até às 8h30min do mesmo dia.**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

2.3 – Modelo de Disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento estabelecido neste edital.

2.3.1 - A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

2.3.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

2.3.3 - Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

2.3.4 - Na hipótese do reinício da Sessão referido, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

2.4 – Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

2.5 - A Pregoeira via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6 - A comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

CAPITULO III – DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

3.1 - Poderão participar deste certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento constante deste edital e seus anexos, devidamente cadastradas no site www.portaldecompraspublicas.com.br

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.1.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Cruzeiro do Sul/RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão sua.

3.3 - É vedada a participação de empresa:

3.3.1 – Empresas estrangeiras que não tenha funcionamento no País;

3.3.2 - Em processo de falência ou de recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.3 - Empresas que estejam constituídas em consórcios;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

3.3.4 - Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

3.3.5 - Que esteja suspensa de licitar junto ao Sistema Eletrônico utilizado pelo Município, Portal Cidade Compras e/ou, no Cadastro de Fornecedores do Município.

3.3.6 - Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante;

3.3.7 - Incorrer em outros impedimentos previstos em Lei;

3.3.8 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.9 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.10 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.11 - agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.4 - Os impedimentos supra mencionados, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.6 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao portal de compras públicas (provedor do sistema), para imediato bloqueio de acesso.

CAPITULO IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste Edital;

4.1.1 – As Propostas de Preços deverão ser apresentadas por item, conforme objeto deste edital, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema “PREGÃO-ELETRÔNICO”, **até às 08h30min (horário de Brasília) do dia 1º de setembro de 2025.**

4.2 – Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2.1 – O envio da proposta e documentos de habilitação solicitados ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 – Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, após o encerramento da fase de lances, observando-se o item 5. deste Edital, no prazo de 02 (duas) horas a partir de sua solicitação, prorrogável a critério do pregoeiro.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

4.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.9 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.10. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas neste Edital serão desconsiderados.

4.11 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

4.11.1 - Preço unitário para os itens em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

4.11.2 - Indicar a marca e modelo dos produtos ofertados;

4.11.3. - Informar os dados bancários para créditos;

4.11.4 - Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: preço, despesas com transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

4.11.5 - Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

4.12 - Qualquer elemento que possa identificar o licitante, antes do encerramento da fase de lances, importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão identificar, nos campos relativos à proposta, bem como nas ferramentas de *chat* durante a sessão, quaisquer informações que possam levar à identificação de sua empresa, até que se encerre a etapa de lances.

4.13 - O valor máximo a ser pago pelo objeto licitado é o constante no item 1.1. desse Edital.

4.14 - O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.15 – Poderão ser admitidos, pela Pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

CAPITULO V – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO LANCES E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

5.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.2.1 - Contiverem vícios insanáveis;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

5.2.2 - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.2.3 - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

5.2.4 - Não tiverem sua exequibilidade e/ou conformidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.2.5 - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.3 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.4 - As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.5 - Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

5.6 - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

5.7 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.8 – Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema, observado, **o intervalo mínimo de diferença de 1% (um por cento) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.8.1 - Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

5.9 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

5.10 – Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado à identificação do seu detentor.

5.11 – Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

5.13 - Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

5.14 - Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

5.14.1 - A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

5.14.2 - Se a beneficiária, convocada na forma da *alínea* anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, pela ordem de classificação, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na *alínea “a”* deste item.

5.15 - O critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 não se aplica

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

5.16 – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

5.17 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

5.18 – No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.19 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

CAPÍTULO VI – DA NEGOCIAÇÃO, DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS VENCEDORA

6.1 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

6.2 – A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive nova planilha de custos adequada ao último lance ofertado, ou ao valor negociado, conforme o caso, e demais que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo **máximo de 02 (duas) horas**, prorrogáveis a critério do pregoeiro.

6.3 - Após a fase de lances, poderá ser solicitado ao licitante detentor da melhor proposta que demonstre o atendimento das características dos produtos ofertados às exigências do Edital. A demonstração poderá ocorrer mediante apresentação de catálogos, *folders* ou outros que apresentem as informações necessárias para a referida demonstração, no prazo **máximo de 02 (duas) horas**, prorrogáveis a critério do pregoeiro.

6.4 – Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

6.5 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.

6.6 – A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, ou ainda, de engenheiro ou profissional contratado, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

6.7 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.8 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, a Pregoeira solicitará a respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

CAPÍTULO VII – DA HABILITAÇÃO

7.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 – SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>);

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

7.1.2 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.4 – Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);

7.1.5 – Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.1 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3 – Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.4.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.4.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.4.1.3 - O contrato social do ato constitutivo mencionado neste item deverá ser apresentado com todas as alterações, ou apresentada a consolidação.

7.4.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.4.1.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4.2 - REGULARIDADE FISCAL

7.4.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.4.2.2 - Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (**Certidão Conjunta Negativa**);

7.4.2.3 - Certidão de regularidade com o FGTS;

7.4.2.4 - Certidão negativa de débitos da **Fazenda Estadual**;

7.4.2.5 - Certidão negativa de débitos da **Fazenda Municipal** da Sede do Licitante;

7.4.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA

7.4.3.1 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

7.4.4 - HABILITAÇÃO SOCIAL

7.4.4.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02, conforme anexo V.

7.4.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.5.1 - Certidão negativa de **falência e concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.4.5.2 - No caso de a certidão não possuir data de validade, a sua data de expedição não poderá ser superior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

7.5 - Para as empresas cadastradas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, nos termos do artigo 87 da Lei 14.133/2021;

7.6 - A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo;

7.7 - Declaração de que não está sob os efeitos da penalidade administrativa de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; conforme Modelo Anexo VI;

7.8 - Caso algum dos documentos obrigatórios exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.9 – Em campo próprio no Portal de Compras Públicas a licitante declarará:

a) que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

b) se é enquadrada como ME/EPP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declara conhecer na íntegra, e se está apta, portanto, a exercer o direito de preferência;

c) declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, devidamente assinada pelo seu representante legal da proponente;

d) em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que a empresa cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.

7.10 – A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida neste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.10.1 - O prazo para a regularização referida terá início a contar da divulgação do julgamento da habilitação.

7.11 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.11.1 - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2 - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.12 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro/agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13 - Não serão considerados “novos documentos”, para fins de julgamento da habilitação e/ou proposta, documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante, bem como aqueles que estiverem ausentes ou que não foram juntados com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, desde que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, devendo ser apresentados quando solicitados pelo pregoeiro/agente de contratação.

7.14 - A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15 – O não cumprimento das condições habilitatórias implicará na inabilitação do licitante sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

7.16 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.17 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso aos demais participantes.

7.18 – A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

CAPÍTULO VIII – DOS RECURSOS

8.1 – Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, que iniciará a correr após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, explicitando sucintamente suas razões, após a habilitação do vencedor.

8.1.1 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.

8.2 – O licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pela Pregoeira, disporá do prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.

8.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.4 – A apreciação dar-se-á em fase única.

8.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7 - O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8 – Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

8.9 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

CAPÍTULO IX – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 – Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório do pregão deverão obedecer ao disposto no artigo 164 da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

9.2 – Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no Portal de Compras Públicas.

9.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

CAPÍTULO X – DA ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

10.1 – As partes observarão os preceitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) para o cumprimento dos fins que se propõe a presente contratação, comprometendo-se a adotar as medidas técnicas e administrativas necessárias visando a proteção dos dados pessoais.

10.1.1 - As partes estão cientes que os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto da contratação deverão ser utilizados exclusivamente para as atividades necessárias a este fim, não podendo ser utilizados para fins alheios ao referido objeto.

10.1.2 - As partes comprometem-se a atuar em conformidade com os controles de Segurança da Informação mediante esforço razoável e adequado à legislação aplicável.

10.2 – As partes comprometem-se a registrar de forma estruturada todas as operações de tratamento de dados, avaliações e relatórios de impacto, inclusive as que envolvam atuações por terceiros, efetuadas em razão do objeto da contratação, cujas definições dos agentes de tratamento serão descritas no Registro de Atividade de Tratamento (RAT) e no Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD).

10.3 – As partes comprometem-se a manter o mais completo sigilo por si, por seus empregados, servidores e prepostos, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527/2011 e da LGPD, cujos teores declaram de seu inteiro conhecimento, todos os dados, informações e documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, compartilhados ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso em decorrência do cumprimento do Contrato, ficando responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos das supracitadas leis.

10.3.1 - As partes comprometem-se a dar conhecimento aos seus prepostos que realizem atividades relacionadas ao objeto contratual, garantindo que o acesso somente seja concedido aos que estejam sob a obrigação de confidencialidade dos dados pessoais tratados.

10.4 - titulares em observância ao art. 18 da LGPD, bem como no cumprimento de obrigações judiciais e administrativas, para atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos de controle administrativo ou da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança verificadas na execução do objeto.

10.4.1 - Se uma das partes receber uma solicitação do Titular relativa a um tratamento que não seja de sua responsabilidade, deverá notificar imediatamente a parte responsável para que adote as providências necessárias para atender à solicitação recebida.

10.4.2 - Cada parte será responsável perante a outra parte por incidente de segurança a que der causa na execução do objeto, devendo informar por escrito à outra parte, de forma detalhada, tão logo tenha ciência da ocorrência, sob pena de incorrer nas penalidades previstas. A responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

10.5 - As partes convencionam pela criação de canal de diálogo direto entre o Encarregado de Dados de cada parte para tratar dos assuntos relacionados à LGPD (encaminhamento de notificações, informações quanto à ocorrência de incidentes de segurança, esclarecimentos de eventuais dúvidas e troca de informações).

10.6 - Sendo realizada a transferência internacional de dados pessoais para atender às finalidades contratuais, as partes comprometem-se a atender às exigências da LGPD com o cumprimento de garantias suficientes em relação às medidas de segurança, técnicas e organizacionais.

10.7 - Encerrada a vigência do contrato as partes interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (sejam em formato físico, digital ou outro qualquer), salvo quando necessitarem mantê-los para cumprimento da obrigação legal ou outra hipótese prevista na LGPD.

10.8 - Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura da prestação de serviços ou na execução das atividades ligadas a execução

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

desse objeto, as partes comprometem-se a adequar as condições vigentes.

10.8.1 - Havendo alteração na legislação que impeça a continuidade da execução do objeto, conforme as disposições acordadas, a parte deverá notificar formalmente este fato a outra parte, que terá o direito de resolver o presente instrumento contratual.

10.9 - Na divisão regressiva de eventuais penalidades ou indenizações pagas por qualquer das partes em decorrência de operações de tratamento de dados relacionadas ao objeto, cada parte será responsável pelos prejuízos que forem decorrentes das suas específicas atribuições.

10.9.1 - Eventuais condenações decorrentes do tratamento de dados pessoais realizados em cumprimento de determinações impostas por uma parte a outra, será de responsabilidade exclusiva da parte que forneceu as instruções de tratamento.

10.9.2 - A parte inocente deverá ser ressarcida diante de qualquer desembolso de penalidades ou indenizações advindas do cumprimento das instruções recebidas da outra parte no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento de notificação pela responsável.

10.9.3 - A parte que receber instrução direta ou indireta poderá ser auditada para fins de verificação do cumprimento da instrução exarada pela outra parte.

CAPÍTULO XI – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XII – DAS OBRIGAÇÕES

12.1 – DO CONTRATADO

12.1.1 – Fornecer o objeto conforme especificações deste Edital e em consonância com a proposta de preços;

12.1.2 – Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

12.1.3 – Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

12.1.4 – Comunicar à Administração Municipal, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

12.1.5 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.6 - Cumprir as especificações e preços estabelecidos em sua proposta.

12.1.7 - Substituir no prazo de 5 (cinco) dias, às suas expensas, no todo ou em parte, os objetos em que se verificarem defeitos, vícios ou incorreções, a contar da notificação da contratada.

12.1.8 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, nos termos do artigo 137, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.1.9 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Município, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão da empresa, em decorrência da execução dos serviços desta contratação, não cabendo ao Município, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes, ficando o Município autorizado, desde já, a reter os créditos decorrentes da prestação dos serviços,

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

até o limite dos prejuízos causados, não eximindo a empresa contratada das sanções previstas no Contrato, Edital e seus anexos, até a completa indenização dos danos.

12.1.10 – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

12.2 - DO CONTRATANTE

12.2.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Edital e anexos.

12.2.2 - Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto através de servidor designado;

12.2.3 - Efetuar o pagamento na forma e prazo convencionados neste instrumento;

12.2.4 - Notificar a Contratada sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, exigindo sua reparação/substituição.

12.2.5 - Aplicar as sanções previstas nesse Edital, caso necessário.

12.2.6 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CAPÍTULO XIII- DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1 – Os produtos licitados serão solicitados mediante a nota de empenho, que será emitida pelo Setor de Contabilidade e remetido à Empresa licitante pela Secretaria Solicitante.

13.2 – A entrega dos materiais caberá à licitante vencedora, nos locais indicados no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital, em até **05 (cinco) dias corridos** a contar do recebimento do empenho;

13.3 – Os itens serão recebidos por proprietário da localidade, para verificação da qualidade e quantidade do objeto conforme exigido no edital.

13.4 – O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita em 30 (trinta) dias do recebimento provisório, desde que então nada conste expressamente em desabono aos materiais fornecidos.

13.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do material, nem a ético – profissional pela perfeita execução deste objeto.

CAPÍTULO XIV- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E PAGAMENTO

14.1- O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

14.2 – Somente será efetuado o pagamento mediante apresentação de documento que comprove a regularidade com o FGTS e da CND/INSS.

14.3 – Poderá o Município compensar multas aplicadas com valores contratados e ainda não pagos.

14.4 - A nota Fiscal deverá ser emitida conforme o Protocolo ICMS nº. 42, de 03 de julho de 2009, alterado pelo protocolo ICMS nº. 85, de 09 de julho de 2010.

14.5 - A nota fiscal deverá ser faturada de acordo com a nota de empenho emitida pelo Setor de Contabilidade do Município, o número do processo licitatório e o número do contrato firmado com o município;

14.6 - Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

CAPÍTULO XV – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1 - A ata de registro de preço passará a produzir efeitos a partir de sua assinatura, vigorando pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura da mesma, podendo ser prorrogada por igual período.

15.2 - Após o ato de adjudicação e homologação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 10 (dez) dias, assinar a Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido pela licitante, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

15.3 - O descumprimento desse prazo faculta à Administração convocar, pela ordem de classificação, outros licitantes no mesmo prazo e condições contratuais estabelecidas.

15.4 - Durante toda a execução do contrato, a adjudicada se obriga a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

15.5 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.6 - Independentemente do encerramento da vigência da ata de registro de preços, a empresa se obriga a prestação da garantia nas condições e prazos avençados, sem qualquer direito de eximir-se citando o encerramento da ata de registro de preços.

15.7 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.8 - O presente ajuste poderá ser extinto, conforme previsões estipuladas na Lei Federal nº 14.133, artigos 137 e seguintes.

CAPÍTULO XVI – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

16.1 - O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o equilíbrio econômico dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

16.2 - O Município poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

16.3 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

16.4 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou elevação daqueles praticados no mercado.

16.5 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município:

- a) convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação e comprovado que o preço registrado é superior ao de mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocará os demais fornecedores registrados visando igual oportunidade de negociação.

16.6 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.7 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços para o item, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação.

CAPÍTULO XVII – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

17.1 - A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

17.1.1 - O fornecedor não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;

17.1.2 - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

17.1.3 - Os preços registrados apresentarem-se superior ao do mercado e não houver êxito na negociação;

17.1.4 - Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21;

17.1.5 - Por razão de interesse público, devidamente motivado;

17.1.6 - No caso de cancelamento do registro de preço, devidamente justificado nos autos do Processo, terá a COMPROMITENTE FORNECEDORA o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa;

17.1.7 - O cancelamento do registro de preço poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição do objeto, a critério da ADMINISTRAÇÃO.

CAPÍTULO XVIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 18.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3 - As sanções previstas nas **alíneas “a”, “c” e “d”** do **item 18.2.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na **alínea “b”** do mesmo parágrafo.

18.4 - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no presente Edital.

18.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.6 - Para a aplicação das sanções, serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7 - A aplicação das sanções previstas no **item 18.2.** deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

18.8 - A sanção prevista na **alínea ‘c’** do **item 18.2** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas **alíneas “b”, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’ e ‘g’** do **item 18.1** do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Cruzeiro do Sul/RS.

18.9 - A sanção prevista na **alínea ‘d’** do **item 18.2** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas **alíneas ‘h’, ‘i’, ‘j’, ‘l’ e ‘m’** do **item 18.1** do Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos nas **alíneas “b”, ‘c’, ‘d’, ‘e’, ‘f’ e ‘g’** do **item 18.1** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no **item 18.8** do Edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública municipal de Cruzeiro do Sul/RS.

18.10 - Na aplicação da sanção prevista no **item 18.2, alínea “b”** do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

18.11 - Para aplicação das sanções previstas nas **alíneas “c” e “d”** do **item 18.2** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.12 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

18.13 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.14 - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste parágrafo.

CAPÍTULO XIX – DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES

19.1 – Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, de segunda à quinta-feira, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h, e às sextas-feiras das 08h às 13h, telefone (51) 3764-1144 ou (51) 98040-2041 e no e-mail: licita@cruzeiro.rs.gov.br.

CAPÍTULO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - A Administração poderá anular a licitação de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável ou revogá-la por motivo de conveniência e oportunidade, desde que o motivo determinante para a revogação for resultante de fato superveniente devidamente comprovado, devendo em ambos os casos, ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Lajeado/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

20.3 - Em seu julgamento, o Pregoeiro poderá desconsiderar simples omissões, erros e falhas formais sanáveis, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o entendimento do conteúdo exigido na “Proposta” e na “Documentação”.

20.4 - Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

20.5 - São partes integrantes deste Edital:

- ✓ Termo de Referência (TR), **ANEXO I**;
- ✓ Minuta de Ata de Registro de Preços – **ANEXO II**.

Cruzeiro do Sul, 18 de agosto de 2025.

Cesar Leandro Marmitt
Prefeito Municipal

22 DE NOVEMBRO DE 1963